



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
*Conselho de Recursos Tributários – CRT*  
**1ª. Câmara de Julgamento**

RESOLUÇÃO Nº: 011 / 2013  
SESSÃO ORDINÁRIA DE: 06/11/2012 (186ª SESSÃO)  
PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/1353/2012 AI Nº 2/201203003  
RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEG  
RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA  
CONS.RELATOR: FRANCISCO IVANILDO ALMEIDA DE FRANÇA

**EMENTA: ICMS – MERCADORIA DESACOMPANHADA DE NOTA FISCAL. AFASTADA PRELIMINAR DE NULIDADE SUSCITADA PELA RECORRENTE.** Confirmada a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do relator, conforme Parecer da consultoria tributária, adotado pelo representante da douta PGE. Fundamentação legal: Art.140 e 829 do Dec.24.569/97. Parecer da PGE 34/99, NE 07/99. Aplicação da penalidade inserta no art.123, III, “a” da Lei 12.670/96 alterado pela Lei 13.418/03. **RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO. NEGADO PROVIMENTO. UNANIMIDADE.**

**RELATÓRIO:**

O feito fiscal, ora recorrido, traz como relato da infração: “**TRANSPORTAR MERCADORIA SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAIS, EM FISCALIZAÇÃO JUNTO AO TERMINAL DE CARGAS DA ECT-ENCOMENDA SI393649010BR CONSTATAMOS, SEM A DEVIDA DOC. FISCAL, SEMI-JOIAS: 03 ANEIS, 01 PULSEIRA E 01 CORDAO, NO VALOR DE R\$ 685,00. O FISCO COM A FINALIDADE DE RECUPERAR O CREDITO TRIBUTARIO, AUTUA COM BASE DA LEI 12.670/96 E PARECER 34/99-PGE E NORMA DE EXECUÇÃO 07/99 - SEFAZ.**”

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade, a prevista no Art.123, inciso III, alínea "a" da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03.

A empresa apresenta em sua impugnação fls.07/12, em síntese, os seguintes argumentos:

- ✓ Que não atua no campo de prestação de serviços, pura e simplesmente como qualquer pessoa jurídica de direito privado, mas sim a execução de serviço postal inerente à própria União.
- ✓ Que o transporte de objetos de correspondência constitui Serviço Postal e como tal goza de imunidade nos termos do art.12 do Dec – Lei 509/69.
- ✓ Que o serviço postal, um serviço público próprio e direto de competência exclusiva da União, por não se confundir com um serviço de transporte não se encontra no campo da incidência do ICMS.
- ✓ Que a execução do serviço postal não cuida de mercadoria e sim de objetos postais.
- ✓ Que há que se considerar um equívoco o entendimento de que o serviço postal é um serviço de transporte e, como tal, caracteriza-se como fato gerador do ICMS.

Em Primeira Instância o feito fiscal foi julgado PROCEDENTE, tendo o sujeito passivo interposto, tempestivamente (fl.29), RECURSO voluntário fls. 21/26, trazendo como argumentação as já apresentadas na impugnação.

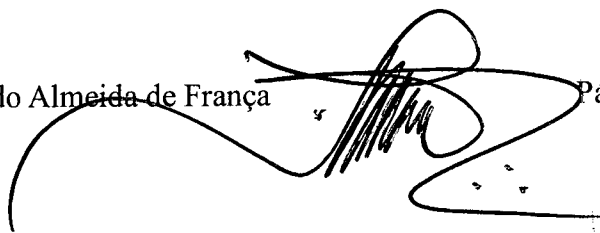
A Consultoria Tributária, através do Parecer de N° 392/2012 fls. 32/33 opinou pelo conhecimento do Recurso Voluntário, negando-lhe provimento, a fim de que seja confirmada a sentença condenatória proferida na instância monocrática.

A douta Procuradoria Geral do Estado acatou *in totum* o Parecer da consultoria tributária, fl.34.

É o relatório.

Conselheiro Relator: Francisco Ivanildo Almeida de França

Pág. 2/5



**VOTO DO RELATOR:**

O feito fiscal em questão tem como acusação o transporte de mercadoria desacompanhada de documentação fiscal própria, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, apresentando como Base de Cálculo o valor de R\$ 685,00 (seiscentos e oitenta e cinco reais).

A recorrente ao apresentar recurso, cingiu-se ao argumento de que a execução do serviço postal não cuida de mercadoria e sim de objetos postais, e que há que se considerar um equívoco o entendimento de que o serviço postal é um serviço de transporte e, como tal, caracteriza-se como fato gerador do ICMS. Que a ECT não é contribuinte pela ausência de fato gerador e que o serviço postal é uma atividade específica da União.

Contraopondo-se a argumentação da recorrente, trazemos a baila o Parecer de Nº 34/99 da Procuradoria Geral do Estado – PGE, citado no feito fiscal, onde a douta procuradoria fundamenta a possibilidade da ECT figurar como sujeito passivo nas autuações de mercadorias em situação fiscal irregular, encontradas em suas dependências, onde transcrevemos, *ipsis litteris*, alguns trechos:

*Ementa: Qualquer serviço realizado pelos correios estando inserido no campo de incidência do ICMS fica sujeito a incidência do imposto estadual. A qualidade de longa manus da empresa pública não se lhe estende a imunidade recíproca indicada no art.150,VI,a e §§ 2º e 3º da Constituição Federal, ressalvado o serviço postal strictu sensu. O serviço de transporte de mercadoria ou bens é situação necessária e suficiente para validar a ação fiscal sobre essas prestações. Tanto a condição de contribuinte quanto a qualidade de responsável tributário decorre de lei e da ocorrência do fato gerador da respectiva obrigação.*

*(...)*

*a) A competência impositiva dos Estados e do Distrito federal não pode ser limitada mediante interpretação restrita do art.150, VI, a, da Constituição Federal, pois inaplicável à espécie;*

*b) O monopólio estatal sobre o serviço postal exercido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não é elemento necessário e suficiente para fazer incidir genericamente a norma de imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a da Constituição Federal;*

*c) Ao realizar prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal os Correios, na condição de contribuinte do ICMS, se sujeita aos ônus, inclusive tributários, aplicáveis aos empreendimentos provados semelhantes, exceto quanto aos serviços postal stricto;*

*d) Constatada a realização do fato imponible, compete à autoridade fiscal exercer todas atribuições que lhe são típicas com vistas ao cumprimento do seu dever jurídico de constituição do crédito tributário;*

e) Aos Correios, além da qualidade de contribuinte do ICMS, eventualmente lhe poderá ser atribuída a responsabilidade pelo pagamento de fato imponível realizado e não adimplido pelo contribuinte, quando, na forma explicitada na lei, ocorra essa figura tributária.

Neste diapasão, o agente fiscal ao identificar mercadorias em situação fiscal irregular, nas dependências da ECT, pode atribuir a esta a condição de responsável tributário nos termos do retrocitado Parecer, não sendo, portanto, causa de nulidade do referido ato.

No art. 829 do Decreto 24.569/97 RICMS, temos a definição de mercadoria em situação fiscal irregular, *in verbis*:

“Art 829. Entende-se por mercadoria em situação fiscal irregular aquela que, depositada ou em trânsito, for **encontrada desacompanhada de documentação fiscal própria** ou com documentação que acoberte o trânsito de mercadoria destinada a contribuinte não identificado ou excluído do CGF ou ainda, com documentação fiscal inidônea, na forma do art. 131.”

Malgrado a recorrente não tenha se manifestado quanto ao mérito do feito fiscal, considerando que o processo administrativo tributário pautar-se-á, dentre outros, pelo Princípio da Verdade Material nos termos do art. 30 do Dec. 25.468/1999 que regulamenta a Lei 12.732/1997, cumpre-nos analisar o mérito do feito fiscal em questão.

No caso em tela, considerando que os produtos foram encontrados nas dependências da ECT desacompanhados de documentação fiscal própria, fica caracterizada a irregularidade fiscal dos mesmos com fundamento no art. 829 do RICMS acima transcrito com grifos nosso.

**Isto posto**, conheço do recurso voluntário para, após afastar a preliminar de nulidade arguida pela recorrente, negar-lhe provimento, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Confirmando, portanto, a decisão da 1ª Instância que julgou **PROCEDENTE** o feito fiscal.

É como voto.



**DECISÃO:**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que é recorrente **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS E RECORRIDO CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**RESOLVEM**, os membros da Primeira Câmara do Conselho de Recursos Tributários, sob a presidência da Dra. Francisca Marta de Sousa, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para após afastar a preliminar de nulidade arguida pela recorrente, confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado.

**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 14 de 01 de 2013.

Francisca Marta de Sousa  
Presidente

Alexandre Mendes de Sousa  
Conselheiro

Marcus Aurélio Bindá de Queiroz  
Conselheiro

Francisco Ivanildo de Almeida França  
Conselheiro **Relator**

Antonio Gilson Aragão de Carvalho  
Conselheiro

Matteus Viana Neto  
Procurador do Estado

Anneline Magalhães Torres  
Conselheira

José Gonçalves Feitosa  
Conselheiro

Vanessa Albuquerque Valente  
Conselheira

André Arraes de Aquino Martins  
Conselheiro